

Demonstrações Contábeis Regulatórias

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias	1
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias.....	10



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A Empresa de Transmissão de ENTE - Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, sem modificação, com data de 12 de março de 2020.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 26 de abril de 2019, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de junho de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Rita de C. S. Freitas
Contadora CRC-1SP2141

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2019	31/12/2018
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	17.542	15.639
Investimentos Temporários	4	13.340	-
Concessionárias e Permissionárias	5	19.411	24.913
Serviços em Curso		5.927	5.241
Tributos Compensáveis		7.197	7.242
Outros Ativos Circulantes		4.108	281
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	5	2.257	2.326
Depósitos Judiciais e Cauções		96	96
Títulos e valores mobiliários	4	-	4.992
Outros Ativos Não Circulantes		514	488
Participações Societárias Permanentes	1	102.733	109.355
Imobilizado	6.1	277.878	291.295
Intangível	6.2	3.279	3.557
Total do Ativo		454.282	465.425

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		3.356	2.431
Debêntures	7.1	45.295	87.463
Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.864	956
Tributos		24.160	23.984
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio		30.142	-
Encargos Setoriais		7.745	8.167
Outros Passivos Circulantes		6.913	8.235
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	7.1	61.817	55.736
Tributos Diferidos		-	1.551
Encargos Setoriais		22	30
Outros Passivos Não Circulantes		3.895	7.392
Total do Passivo		<u>185.209</u>	<u>195.945</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	9.1	319.624	297.109
Reservas de Lucros	9.2	84.379	178.764
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	9.2	138.167	14.258
Dividendos Societários Distribuídos	9.2	(273.097)	(220.661)
Total do Patrimônio Líquido		<u>269.073</u>	<u>269.480</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>454.282</u>	<u>465.425</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Operações			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão		215.881	229.381
Tributos			
PIS-PASEP		(1.404)	(1.491)
Cofins		(6.480)	(6.882)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.995)	(2.095)
Reserva Global de Reversão - RGR		(5.613)	(5.964)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(864)	(918)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		<u>199.525</u>	<u>212.031</u>
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	10	<u>199.525</u>	<u>212.031</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	11	(10.382)	(6.409)
Material		(258)	(246)
Serviços de Terceiros		(7.350)	(6.148)
Arrendamento e Aluguéis		966	(515)
Seguros		(61)	(74)
Doações, Contribuições e Subvenções		(1.624)	(1.237)
Tributos		(295)	(151)
Depreciação e Amortização		(14.470)	(14.483)
Outras Receitas Operacionais		-	1
Resultado da Atividade		<u>166.051</u>	<u>182.769</u>
Equivalência Patrimonial		18.729	20.858
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(9.273)	(12.491)
Receitas Financeiras		2.855	1.726
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	12	<u>178.362</u>	<u>192.862</u>
Despesa com Impostos sobre o Lucro		(21.630)	(17.468)
Lucro Líquido do Exercício		<u>156.732</u>	<u>175.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado do Exercício	156.732	175.394
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>156.732</u>	<u>175.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas legal	Reservas Especial para Incentivos Fiscais	Reservas de Retenção de Lucro	Proposta de distribuição de dividendos societários	Dividendos Societários Distribuídos	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	278.057	55.612	19.128	-	63.305	(182.411)	-	233.691
Adoção de Novas Normas Societárias	-	-	-	-	-	-	96.828	96.828
Constituição de Reserva de Lucro Societária	-	-	-	96.828	-	-	(96.828)	-
Aumento de Capital Social	19.052	-	(19.128)	-	-	-	-	(76)
Dividendos Adicionais aprovados	-	-	-	-	(63.305)	-	-	(63.305)
Lucro líquido do exercício	-	-	76	-	-	-	175.394	175.470
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	-	3.810	-	-	-	-	(3.810)	-
Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	(22.438)	(22.438)
Dividendos Intermediários	-	-	22.438	-	-	-	(52.176)	(29.738)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	(24.124)	(24.124)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	14.258	(38.240)	(72.846)	(96.828)
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	297.109	59.422	22.514	96.828	14.258	(220.651)	-	269.480
Aumento de Capital Social	22.515	-	(22.515)	-	-	-	-	-
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	(14.258)	-	-	(14.258)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	156.732	156.732
Destinação Proposta à A.G.O.:								
Reserva Legal	-	4.503	-	-	-	-	(4.503)	-
Incentivos Fiscais	-	-	20.455	-	-	-	(20.455)	-
Dividendos Intermediários	-	-	-	-	-	-	(25.911)	(25.911)
Dividendos Mínimos Obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(20.142)	(20.142)
Dividendos Adicionais Propostos	-	-	-	-	138.167	-	(138.167)	-
Pagamento de Dividendos sobre Lucros Retidos	-	-	-	(96.828)	-	-	-	(96.828)
Dividendos Societários Distribuídos	-	-	-	-	-	(52.446)	52.446	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	319.624	63.925	20.454	-	138.167	(273.097)	-	269.073

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	156.732	175.394
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa		
Amortização	298	337
Depreciação	14.172	14.146
Equivalência Patrimonial	(18.729)	(20.858)
Imposto de Renda e Contribuição Social	21.630	17.468
Juros e Variações Monetárias	9.042	12.376
Outros	(1.762)	(35)
	181.383	198.828
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionárias e Permissionárias	5.571	(5.226)
Depósitos Judiciais e Cauções	-	(8)
Tributos Compensáveis	(1.450)	5.949
Outros	(688)	813
	3.433	1.528
Aumento (Redução) de Passivos		
Encargos Setoriais	(501)	(877)
Fornecedores	927	943
Obrigações Sociais e Trabalhistas	908	(24)
Tributos	(1.491)	(3.366)
Outros	(5.622)	248
	(5.779)	(3.076)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Encargos de Dívidas Pagos	(7.652)	(12.598)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(18.468)	(11.927)
	152.917	172.755
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Participações Societárias	-	(18.848)
Caixa adquirido em transação de capital	-	15.095
Investimentos Temporários	(13.340)	-
Investimentos	5.202	-
Imobilizado	(759)	(1.088)
Intangível	(20)	(2.535)
Proventos Recebidos	21.502	17.890
	12.585	10.514
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Debêntures Obtidos	49.752	-
Debêntures Pagos	(86.353)	(58.354)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	(126.998)	(139.604)
	(163.599)	(197.958)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.903	(14.689)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	15.639	30.328
No fim do exercício	17.542	15.639

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (a "Companhia" ou "ENTE") está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

A Companhia possui o direito de explorar, diretamente o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato de concessão

Concessionária	Participação	Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP n	índice de correção	Data da entrada em operação comercial	Redução de 50% da RAP a partir do 16º ano de operação
ENTE (*)	-	085/2002	30	2032	204.010	IGP-M	fev/05	Sim
EDTE (**)	50,10%	15/2016	30	2046	69.147	IPCA	jan/20	Não

(*) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.565/2019. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 204.010.

(**) A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A EDTE ainda iniciou sua operação comercial em 20 de janeiro de 2020. O investimento previsto pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") é de R\$367.948, com uma Receita Anual Permitida - RAP de R\$69.147.

Empresas	Investimento	Equivalência	Participação da Outorgada (em %)
STC - Sistema de Transmissão Catarinense S.A.	40.518	6.231	18,45
ERTE - Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A.	43.367	12.498	38,02
EDTE - Empresa Diamantina de Transmissão de Energia S.A. (*)	18.848		50,1
	102.733	18.729	

(*) A companhia não apurou resultado ao longo do exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Em 12 de fevereiro de 2005, entrou em operação comercial as citadas linhas de transmissão e as respectivas subestações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional. O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferenças de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças constam na Nota 14, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de junho de 2020.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, quando requeridos pelas normas contábeis

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis.

Essas Demonstrações Contábeis são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na Nota 14, para melhor entendimento do leitor.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas na nota explicativa 3, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

3.1. Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio de resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados aos Equivalentes de caixa e Investimentos temporários.

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. As debêntures e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o Caixa e Concessionárias e Permissionárias.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

3.2. Imobilizado e Intangível

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Ágio na aquisição de investimentos: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da Companhia adquirida, sendo registrado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. Está sujeito a amortização linear pelo prazo remanescente da concessão.

3.3. Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado, sendo posteriormente mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Fornecedores e debêntures são classificados como outros passivos financeiros, com a mensuração subsequente ao custo amortizado

3.4. Instrumentos financeiros - Apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

3.5. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como mais provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

3.5.1. Provisões para contingências

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.6. Tributação

3.6.1. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%

3.6.2. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia são calculados pelo regime de lucro real.

A ENTE possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre os valores contábeis de passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Impostos diferidos passivos são mensurados à alíquota que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

3.7. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Desta forma a receita é reconhecida mediante a disponibilização do sistema de transmissão.

3.7.1. Receita anual permitida (RAP)

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

3.7.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

3.8. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos é fundamentado em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, conforme previsto em lei, no mínimo 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio.

3.9. Taxas regulamentares

Reserva Global de Reversão (RGR): Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

4. Caixa e Equivalentes de Caixa e Investimentos temporários

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018		
	Principal Curto Prazo	Saldo Total	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	30.882	30.882	15.639	4.992	20.631
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.542	17.542	15.639	-	15.639
Investimentos temporários	13.340	13.340	-	4.992	4.992

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

6. Imobilizado e Intangível

6.1. A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	454.750	-	(39)	258	-	454.969	219	(197.623)	257.346	271.279
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	133	-	-	-	-	133	-	(71)	62	67
Máquinas e Equipamentos	453.873	-	(39)	258	-	454.092	219	(196.995)	257.097	270.937
Veículos	728	-	-	-	-	728	-	(546)	182	269
Móveis e Utensílios	16	-	-	-	-	16	-	(11)	5	6
Administração	167	-	-	-	-	167	-	(128)	39	45
Máquinas e Equipamentos	88	-	-	-	-	88	-	(88)	-	1
Móveis e Utensílios	79	-	-	-	-	79	-	(40)	39	44
Subtotal	454.917	-	(39)	258	-	455.136	219	(197.751)	257.385	271.324
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Transmissão	19.818	572	-	(258)	21	20.153	314	-	20.153	19.818
Máquinas e Equipamentos	2.847	450	-	(242)	116	3.171	208	-	3.171	2.847
Outros	16.971	122	-	(16)	(95)	16.982	106	-	16.982	16.971
Administração	153	187	-	-	-	340	187	-	340	153
Máquinas e Equipamentos	146	183	-	-	-	329	183	-	329	146
Outros	7	4	-	-	-	11	4	-	11	7
Subtotal	19.971	759	-	(258)	21	20.493	501	-	20.493	19.971
Total do Ativo Imobilizado	474.888	759	(39)	-	21	475.629	720	(197.751)	277.878	291.295

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

6.2. A composição do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	801	-	-	-	801	-	(371)	430	496
Servidões	332	-	-	-	332	-	-	332	332
Softwares	469	-	-	-	469	-	(371)	98	164
Administração	3.582	-	-	-	3.582	-	(1.231)	2.351	2.583
Softwares	752	-	-	-	752	-	(742)	10	155
Outros	2.830	-	-	-	2.830	-	(489)	2.341	2.428
Subtotal	4.383	-	-	-	4.383	-	(1.602)	2.781	3.079
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	471	15	-	-	486	15	-	486	471
Servidões	396	-	-	-	396	-	-	396	396
Softwares	69	15	-	-	84	15	-	84	69
Outros	6	-	-	-	6	-	-	6	6
Administração	7	5	-	-	12	5	-	12	7
Softwares	7	-	-	-	7	-	-	7	7
Outros	-	5	-	-	5	5	-	5	-
Subtotal	478	20	-	-	498	20	-	498	478
Total do Ativo Intangível	4.861	20	-	-	4.881	20	(1.602)	3.279	3.557

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

6.3. As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2019			2018
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,11%	454.969	(197.623)	257.346	271.279
Custo Histórico	3,11%	454.969	(197.623)	257.346	271.279
Administração	16,38%	167	(128)	39	45
Custo Histórico	16,38%	167	(128)	39	45
		455.136	(197.751)	257.385	271.324
Em curso					
Transmissão	-	20.153	-	20.153	19.818
Administração	-	340	-	340	153
		20.493	-	20.493	19.971
		475.629	(197.751)	277.878	291.295

6.4. A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material /		
	Equipamentos	Outros Gastos	Total
Máquinas e Equipamentos	633	-	633
Móveis e Utensílios	-	13	13
Material em Depósito	-	113	113
Total das Adições	633	126	759

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

6.5. As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº. 674 de 2015 são as seguintes:

	<u>Taxas anuais de depreciação (%)</u>
<u>Transmissão</u>	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

6.6. As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	Valor
1. UM CONCENTRADOR DE MEDIÇÃO SINCRONOFASORIAL , IMPLANTAÇÃO DE MEDIÇÃO FASORIAL (PMU) NO BAY DA LT 500 kV TUCURUÍ/MARABÁ C4	96
2. UM PAINEL EXCLUSIVO CARRIER DE TELEPROTEÇÃO DIGITAL ALTERNADO , SISTEMA CARRIER CARRIER DE TELEPROTEÇÃO DIGITAL ALTERNADO LT AÇAILÂNDIA	60
3. UM PAINEL EXCLUSIVO CARRIER DE TELEPROTEÇÃO DIGITAL ALTERNADO , SISTEMA CARRIER CARRIER DE TELEPROTEÇÃO DIGITAL ALTERNADO LT AÇAILÂNDIA	60
4. SISTEMA DE MONITORAMENTO PARA MEDIÇÃO DE BRUCHAS CAPACITIVAS DO REATOR SIEMENS 550/ kV, No DE SÉRIE 4007307 / 4007308 / 4007309 - FASE A/B/V	38
5. PAINEL PARA ALOJAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE DO BCO. DE CAPACITORES SÉRIE, DO CENTELHADOR DE PROTEÇÃO E DO DISJUNTOR DE BY - PASS, FABR. SIEMENS-ALEMANHA, TIPO 8MF5527 - 0DZ29-Z, METÁLICO, CONTENDO 1 GPS.	2
6. PAINEL PARA ALOJAMENTO DOS SISTEMAS DE CONTROLE DO BCO. DE CAPACITORES SÉRIE, DO CENTELHADOR DE PROTEÇÃO E DO DISJUNTOR DE BY-PASS FABR. SIEMENS-ALEMANHA, TIPO 8MF5527-ODZ29-Z, METÁLICO, CONTENDO 1 GPS.	2

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

6.7. As principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Controladora		Valor
Descrição do bem		
1.	GPS-SINCRONIZADOR DE HORÁRIO VIA SATÉLITE SICLOCK, FABR. SIEMENS SÉRIE Nº 310795	(20)
2.	GPS - SINCRONIZADOR DE HORÁRIO VIA SATÉLITES SICLOCK, FABR. SIEMENS, SÉRIE Nº 310796	(19)

7. Debêntures

7.1. Abertura do Endividamento

2019									
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Taxa a.a	
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total		/ Repactuação	Garantia	Indexador	Juros %
2ª Emissão	318	43.759	-	44.077	Sim	ago-14	Não há	109,75% do CDI	
3ª Emissão 2ª Série	39	(9)	11.993	12.023	Sim	set-16	Não há	116,00% do CDI	
4ª Emissão	1.238	(50)	49.824	51.012	Sim	jul-19	Não há	108,60% do CDI	
Total por Dívida	1.595	43.700	61.817	107.112					

2019													
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Data Próximo	Freqüência	Data Próxima	Vencimento	Freqüência	Sistemática	Cronograma de Amortização do Principal de Longo Prazo						
	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2021	2022	2023	2024	2025	APÓS 2025	Total
2ª Emissão	07/02/20	trimestral	07/02/20	07/08/20	trimestral	SAC	-	-	-	-	-	-	-
3ª Emissão 2ª Série	08/01/20	mensal	06/09/21	06/09/21	Final do contrato	Bullet (final)	11.993	-	-	-	-	-	11.993
4ª Emissão	17/01/20	Semestral	17/07/24	17/07/24	Final do contrato	Bullet (final)	(50)	(50)	(49)	49.973	-	-	49.824
Total por Dívida							11.943	(50)	(49)	49.973	-	-	61.817

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

2018

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de	Principal	Principal	Saldo	Adimplente?	Data Captação	Tipo de	Taxa a.a	
	Curto Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Total		/ Repactuação	Garantia	Indexador	Juros %
2ª Emissão	998	58.331	43.758	103.087	Sim	ago-14	Não há	109,75% do CDI	
3ª Emissão 1ª Série	125	27.968	-	28.093	Sim	set-16	Não há	113,00% do CDI	
3ª Emissão 2ª Série	55	(14)	11.978	12.019	Sim	set-16	Não há	116,00% do CDI	
Total por Dívida	1.178	86.285	55.736	143.199					

2018

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Data Próximo	Freqüência	Data Próxima	Vencimento	Freqüência	Sistemática	Cronograma de Amortização do Principal de Longo Prazo						
	Pgto Juros	Pgto Juros	Amortização	Final	de Amortiz.	Amortização	2020	2021	2022	2023	2024	APÓS 2024	Total
2ª Emissão	07/02/19	trimestral	07/02/19	07/08/20	trimestral	SAC	43.758	-	-	-	-	-	43.758
3ª Emissão 1ª Série	08/01/19	mensal	06/09/19	06/09/19	Final do contrato	SAC	-	-	-	-	-	-	-
3ª Emissão 2ª Série	08/01/19	mensal	06/09/21	06/09/21	Final do contrato	SAC	(13)	11.991	-	-	-	-	11.978
Total por Dívida							43.745	11.991	-	-	-	-	55.736

Individualmente o saldo de principal da dívida de curto e longo prazo das emissões é apresentado líquido de custos a amortizar, para a 2ª emissão de debêntures o montante é de R\$3 apenas, na 3ª emissão de debêntures o montante é de R\$10 e R\$7 e na 4ª emissão de debêntures o saldo é de R\$50 e R\$176, respectivamente. Adicionalmente, em suas demonstrações consolidadas o saldo de principal de curto e longo prazo da 2ª emissão de debêntures, apenas, é apresentado líquido dos custos da controladora, nos montantes anteriormente informados, e da controlada, EDTE, no montante de R\$8.508 e R\$1.195, respectivamente.

As cláusulas restritivas das debêntures simples da ENTE estão relacionadas aos limites da dívida líquida que, em 31 de dezembro de 2019, atualizada pelo IGPM eram de R\$ 789.818, R\$590.067 e R\$589.992 para a 2ª, 3ª e 4ª emissão de debêntures, respectivamente. O custo de captação é amortizado pelo prazo das debêntures

A Administração da ENTE mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2019, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

7.3. Abertura dos Ativos Financeiros

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	2019		2018		
	Principal Curto Prazo e Juros	Saldo Total	Principal Curto Prazo e Juros	Principal Longo Prazo	Saldo Total
Caixa e Aplicações Financeiras	30.882	30.882	15.639	4.992	20.631
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.542	17.542	15.639	-	15.639
Investimentos temporários	13.340	13.340	-	4.992	4.992

7.4. Composição do Endividamento e Dívida Líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal Longo Prazo	Total 2019	Total 2018
(+) Dívida Bruta	1.532	43.763	61.817	107.112	143.199
Debêntures	1.532	43.763	61.817	107.112	143.199
(-) Ativos Financeiros	-	(30.882)	-	(30.882)	(20.631)
Alta Liquidez	-	(17.542)	-	(17.542)	(15.639)
Demais Aplicações Financeiras	-	(13.340)	-	(13.340)	(4.992)
(+) Dívida Líquida	1.532	12.881	61.817	76.230	122.568

8. Provisões para Litígios

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia, não possui demandas judiciais classificados como probabilidade de perda "provável", por isso, não contabilizou qualquer provisão.

Adicionalmente, com base no parecer dos advogados externos e internos, as contingências com perda classificadas como "possível" em 31 de dezembro de 2019 a companhia, possui demandas judiciais ou administrativas no montante de R\$867 referente a 1 processo tributário e 1 trabalhista (R\$755 em 31 de dezembro de 2018 referente a um processo trabalhista).

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

9. Patrimônio Líquido

9.1. Capital Social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$319.624 (R\$297.018 em 31 de dezembro de 2018), representado por 100.840.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019 e 2018, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares			
	Ordinárias	%	Total	%
Alupar Investimento S.A.	50.431	50,01	50.431	50,01
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	50.409	49,99	50.409	49,99
	-	-	-	-
	100.840	100,00	100.840	100,00

9.2. Reservas de lucros

	31/12/2019	31/12/2018
Reserva legal	63.925	59.422
Reserva especial para incentivos fiscais	20.454	22.514
Reserva de retenção de lucros	-	96.828
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	138.167	14.258
Dividendos societários distribuídos	(273.097)	(220.651)
	(50.551)	(27.629)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivo fiscal: Em atendimento à Lei No 11.638/07 e CPC N° 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM (Decreto nº 4.212/2002) apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda. Diante do exposto, a Companhia formalizou junto à SUDAM e obteve deferimento da redução do imposto de renda de acordo com o Laudo Constitutivo No 083/2016, em 75%. No exercício de 2019 a Companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no total de R\$ 20.454 (R\$ 22.514 em 31 de dezembro de 2018).

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

10. Receita Operacional Bruta e Líquida

Receita Líquida	31/12/2019	31/12/2018
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	219.028	229.938
(-) Parcela Variável	(3.147)	(557)
Programa de Integração Social - PIS	(1.404)	(1.491)
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(6.480)	(6.882)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.995)	(2.095)
Reserva Global de Reversão - RGR	(5.613)	(5.964)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(864)	(918)
Total	199.525	212.031

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

10.1. Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, através da Resolução homologatória n. 2.565, de 25 de junho de 2019, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 1º de julho de 2019, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um acréscimo de 7,66%.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada cinco anos. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 1 de julho de 2016 e a próxima será em 1 de julho de 2020.

11. Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2019	31/12/2018
Pessoal	8.707	5.185
Remuneração	4.006	2.754
Encargos	1.672	1.001
Previdência privada	185	103
Assistência médica	530	428
Despesas rescisórias	30	7
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	1.842	578
Outros	442	314
Administradores	1.675	1.224
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.120	831
Benefícios dos administradores	555	393
Total	10.382	6.409

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

12. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	178.362	192.862
Juros sobre Capital Próprio		(24.123)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	60.643	57.371
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(6.368)	(7.092)
Incentivos fiscais	(20.455)	(22.514)
Despesas e Provisões Indedutíveis	83	1.810
Depreciação e amortização	(4.783)	(4.924)
Receitas Regulatórias	(1.843)	(2.485)
Materiais	(2.582)	(358)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(1.551)	(3.309)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(1.490)	(1.007)
Outros	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	21.630	17.468
Taxa Efetiva	12,13%	9,06%

13. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações seguindo as práticas societárias apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas.

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo						
<u>Ativo Circulante</u>						
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.542	-	17.542	15.639	-	15.639
Investimentos Temporários	13.340	-	13.340	-	-	-
Concessionárias e Permissionárias	19.411	-	19.411	24.913	-	24.913
Serviços em Curso	5.927	-	5.927	5.241	-	5.241
Ativo contratual da concessão	-	107.393	107.393	-	172.633	172.633
Tributos Compensáveis	7.197	-	7.197	7.242	-	7.242
Outros Ativos Circulantes	4.108	-	4.108	281	4	285
<u>Ativo Não Circulante</u>						
Concessionárias e Permissionárias	2.257	-	2.257	2.326	-	2.326
Depósitos Judiciais e Cauções	96	-	96	96	-	96
Investimentos Temporários	-	-	-	4.992	-	4.992
Ativo contratual da concessão	-	504.939	504.939	-	445.390	445.390
Outros Ativos Não Circulantes	514	-	514	488	7.007	7.495
Participações Societárias Permanentes	102.733	71.701	174.434	109.355	13.919	123.274
Imobilizado	277.878	(276.536)	1.342	291.295	(291.096)	199
Intangível	3.279	(1.609)	1.670	3.557	(1.664)	1.893
Total do Ativo	454.282	405.888	860.170	465.425	346.193	811.618

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo						
<u>Passivo Circulante</u>						
Fornecedores	3.356	-	3.356	2.431	-	2.431
Debêntures	45.295	248	45.543	87.463	-	87.463
Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.864	-	1.864	956	-	956
Tributos	24.160	-	24.160	23.984	-	23.984
Dividendos Declarados e Juros Sobre Capital Próprio	30.142	-	30.142	-	-	-
Encargos Setoriais	7.745	-	7.745	8.167	-	8.167
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	7.442	7.442	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	6.913	(4.515)	2.398	8.235	(4.457)	3.778
<u>Passivo Não Circulante</u>						
Debêntures	61.817	747	62.564	55.736	-	55.736
Tributos Diferidos	-	98.949	98.949	1.551	92.426	93.977
Contribuições e Encargos Regulatórios Diferidos	-	33.837	33.837	-	41.667	41.667
Outros Passivos Não Circulantes	3.895	(3.895)	-	7.392	(4.064)	3.328
Encargos Setoriais	22	(22)	-	30	(30)	-
Total do Passivo	185.209	132.791	318.000	195.945	125.542	321.487
Patrimônio Líquido						
Capital Social	319.624	-	319.624	297.109	-	297.109
Reserva legal	63.925	(63.925)	-	59.422	(59.422)	-
Reserva especial para incentivos fiscais	20.454	(20.454)	-	22.514	(22.514)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	96.828	(96.828)	-
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	138.167	-	138.167	14.258	(14.258)	-
Dividendos societários distribuídos	(273.097)	273.097	-	(220.651)	234.909	14.258
Reservas de Lucros	-	84.379	84.379	-	178.764	178.764
Total do Patrimônio Líquido	269.073	273.097	542.170	269.480	220.651	490.131
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	454.282	405.888	860.170	465.425	346.193	811.618

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

	31/12/2019			31/12/2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações						
Receita / Ingresso						
Disponibilização do Sistema de Transmissão	219.028	(219.028)	-	229.938	(229.938)	-
Receita de Operação e Manutenção	-	111.945	111.945	-	37.153	37.153
Receita de Implantação de Infraestrutura	-	71.551	71.551	-	-	-
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão	-	29.722	29.722	-	116.660	116.660
(-) Parcela Variável	(3.147)	-	(3.147)	(557)	-	(557)
Tributos						
PIS-PASEP	(1.404)	38	(1.366)	(1.491)	494	(997)
Cofins	(6.480)	175	(6.305)	(6.882)	2.283	(4.599)
Encargos - Parcela "A"						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.995)	-	(1.995)	(2.095)	-	(2.095)
Reserva Global de Reversão - RGR	(5.613)	152	(5.461)	(5.964)	1.979	(3.985)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(864)	24	(840)	(918)	305	(613)
Receita Líquida / Ingresso Líquido	199.525	(5.421)	194.104	212.031	(71.064)	140.967
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e Administradores	(10.382)	-	(10.382)	(6.409)	-	(6.409)
Material	(258)	(7.593)	(7.851)	(246)	(1.051)	(1.297)
Serviços de Terceiros	(7.350)	-	(7.350)	(6.148)	-	(6.148)
Arrendamento e Aluguéis	966	238	1.204	(515)	-	(515)
Seguros	(61)	-	(61)	(74)	-	(74)
Doações, Contribuições e Subvenções	(1.624)	-	(1.624)	(1.237)	-	(1.237)
Tributos	(295)	-	(295)	(151)	-	(151)
Depreciação e Amortização	(14.470)	14.069	(401)	(14.483)	14.219	(264)
Outras Receitas Operacionais	-	-	-	1	(1)	-
Resultado da Atividade	166.051	1.293	167.344	182.769	(57.897)	124.872
Equivalência Patrimonial	18.729	57.753	76.482	20.858	(4.000)	16.858
Resultado Financeiro						
Despesas Financeiras	(9.273)	(79)	(9.352)	(12.491)	-	(12.491)
Receitas Financeiras	2.855	1	2.856	1.726	-	1.726
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro	178.362	58.968	237.330	192.862	(61.897)	130.965
Despesa com Impostos sobre o Lucro	(21.630)	(6.521)	(28.151)	(17.468)	3.386	(14.082)
Resultado Líquido do Exercício	156.732	52.447	209.179	175.394	(58.511)	116.883

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

14.1. Efeitos de contabilização de contratos de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, a Companhia atua como prestador de serviço. A Companhia implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão. O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia constroi, opera e mantém a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão. A Companhia deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

14.1.1. Concessionárias e permissionárias

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber origina-se somente depois que a obrigação de desempenho de operação e manutenção é concluída mensalmente. De forma que este valores a receber, registrados na rubrica "Contas a receber de clientes", passaram a ser considerados ativo financeiro a custo amortizado.

14.1.2. Ativo Contratual da Concessão

A Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

O valor do ativo contratual é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que a Companhia recebe pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente de financiamento, estabelecida no início de cada projeto, que varia entre de 9,8% a.a. 11% a.a.; e (ii) atualizado pelo IPCA/IGP-M.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos da concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Ativo contratual da concessão”, como um ativo contratual, por terem o direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos e encargos regulatórios - RGR e TFSEE registrados na conta “Contribuições e encargos regulatórios diferidos” no passivo não circulante.

14.1.3. Custo de Infraestrutura

O custo da infraestrutura é uma parte importante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia, nos termos do Contrato de Concessão. As regras para definição da infraestrutura remunerada através da tarifa e sua mensuração são estabelecidas pelo Poder Concedente e passíveis de julgamento, e não necessariamente estão alinhadas com práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas regras regulatórias podem levar ao registro como infraestrutura gastos que, eventualmente, não poderiam ser classificados como tal de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ou não considerar gastos capitalizados de acordo com essas práticas contábeis, quando dos processos tarifários.

Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)
31 de dezembro de 2019

14.1.4. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) – Arrendamentos, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de arrendamento mercantil e correspondentes interpretações. A norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1), ou seja, reconheça ativos representando o direito de uso e passivos para todos os contratos de arrendamento, a menos que o prazo do contrato seja inferior a doze meses ou o valor do ativo objeto do arrendamento tenha valor não significativo. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. O CPC 06 (R2) também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Até que seja feita uma análise pelo órgão regulador, e posteriormente a sua recomendação, os efeitos das alterações contábeis advindas da aplicação do CPC 06 (R2) – Arrendamentos não serão refletidas para fins regulatório.

14.2. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	542.170	490.131
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(372.083)	(313.076)
Arrendamento (CPC 06)	34	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	98.949	92.426
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	269.070	269.481

14.3. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	209.179	116.883
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo contratual da concessão (CPC 47)	(58.774)	61.897
Arrendamento (CPC 06)	(194)	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	6.521	(3.386)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	156.732	175.394